

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito da alteração do Piso Nacional do Magistério em 22,22%.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à contratação de uma empresa do estado de São Paulo, de um *software*, sem licitação e ao Ministério Público do Tribunal de Contas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o piso mínimo catarinense.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito do aumento do piso nacional do Magistério.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se à visita do governador do Paraná a Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Registra a 22ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da segurança pública.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registra que o secretário João Rodrigues assinou termos de convênio e cooperação com o Banco do Brasil.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Comenta a entrada desordenada de leite do Uruguai e da Argentina.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Refere-se ao ensino integral em Santa Catarina.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda projeto para prevenção e mitigação dos problemas causados pelas cheias e desastres naturais; comenta o projeto Jica para o vale do Itajaí.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Reporta-se às medidas anunciadas pelo governador acerca das enchentes.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Refere-se ao projeto do piso regional.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Aborda projeto do piso salarial.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Reporta-se ao projeto do piso salarial.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra o falecimento do professor Lycurgo Aleixo Nora; comenta o PL n. 0030/2012.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de delegação de Serra Alta.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Refere-se à cobrança de pedágio na BR-101 sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Critica a demora nas obras da BR-101 sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Aborda o aumento do valor do pedágio na BR-101.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à realização do Arrancadão de Caminhão em Arroio do Silva; critica a atuação das agências reguladoras no país; comenta a realização da 10ª Conferência da Unale.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Reporta-se à concessão das PPPs.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI (aparte) - Aborda as deficiências na cobertura da telefonia móvel.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Critica as operadoras de telefonia móvel; comenta o projeto sobre o adicional de permanência aos policiais civis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Aborda o projeto do adicional de permanência aos policiais civis.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Refere-se à audiência com o secretário da Agricultura e à reunião em Jaraguá do Sul para a fundação da Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas; registra a morte de Robinson Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Queremos cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, a deputada Ana Paula Lima, todos que acompanham esta sessão e dizer que iniciamos a semana com uma notícia muito positiva, muito aguardada e muito esperada, que é o referendo do Ministério da Educação na alteração do Piso Nacional do Magistério em 22,22% de aumento para os professores do ensino básico de todo o país.

Essa é uma notícia muito positiva e comemorada pela categoria, mas eu quero fazer o registro de que esse reajuste precisa de fato ser incorporado e implementado pelo governo de Santa Catarina.

Se considerarmos a manifestação do governador exatamente no dia 8 de abril do ano passado, quando discutíamos o valor de R\$ 1.187,00, valor este que foi, inclusive, objeto da greve de 62 dias do magistério, veremos que o governador, na época, dizia que o reajuste não era uma decisão negativa, mas que teria que ver as condições do estado. Hoje, a mesma manifestação do governador é no sentido de que Santa Catarina não tem condições de pagar esse aumento de 22,22% para o reajuste do Piso Nacional do Magistério.

Eu quero fazer uma referência a essa manifestação, porque no ano passado não era possível e este ano também não é possível. Mas é preciso entender como é que esse recurso tem sido repassado para o estado de Santa Catarina, especialmente o recurso do Fundeb ao qual me refiro.

Em 2009, a união repassou R\$ 1,515 bilhões para Santa Catarina, para o Fundeb; em 2010, R\$ 1,814 bilhões; em 2011, R\$ 2,104 bilhões. A inflação destes três anos acumulada ficou em 16,72% e o Fundeb teve um incremento acima da inflação em 22,15%. Portanto, se a união está repassando um percentual maior a cada ano, obviamente que esse recurso tem que ser

transferido aos educadores através do seu piso nacional salarial.

Então, em primeiro lugar, quero deixar bem claro que o estado não tem que tirar dinheiro de onde não tem. O repasse também é maior e o aumento de 22,15% nesses três anos para além da inflação possibilita que o estado de Santa Catarina tenha, sim, um salário um pouco mais justo, eu diria.

Também é importante destacar as Metas 17 e 18, com relação à remuneração dos professores.

A Meta 17 do Plano Nacional de Educação, que está em análise no Congresso Nacional, é valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Ora, se não garantirmos esse repasse anualmente, conforme a lei prevê, essa Meta 17 nunca vai sair do papel, porque nós estaremos congelando essa remuneração ao não repassarmos esse incremento de 22,22%, que eleva o salário, este ano, mínimo, em Santa Catarina, na educação, para R\$ 1.451,00.

A Meta 18, também do Plano Nacional de Educação, assegura, no prazo de dois anos, a exigência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Portanto, aprovando o PNE este ano, o governo teria, no máximo, dois anos para implementar não somente o piso como é hoje, mas também a carreira dos professores.

Quero dizer, também, que a própria Lei n. 11.738, no seu art. 5º, garante que a união também possa complementar, em caso de os estados e municípios não conseguirem ter esse recurso para garantir a remuneração. Isto está escrito tanto no art. 5º como também no art. 6º da Lei n. 11.738.

Somente para termos uma ideia do quanto a união tem repassado recursos e os estados têm conseguido se organizar, vejam que a CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - divulgou que a partir deste ano duas

situações até pouco improváveis aconteceram. São dois estados do nordeste, Piauí e Rio Grande do Norte, que recebiam até o ano passado a complementação da união, de acordo com o que a lei previa, e a partir deste ano não precisam mais receber a complementação da união para garantir o piso nacional.

Por outro lado, um estado do sudeste, Minas Gerais, um estado tido como rico, e outro estado do sul, Paraná, passam a ficar abaixo da média nacional de investimentos do Fundeb e serão socorridos pelos recursos federais.

Portanto, se o estado de Santa Catarina não consegue garantir o mesmo aumento, deputado Dirceu Dresch, que o Fundeb está tendo para os professores, ele precisa provar isso para a união e fazer como os demais estados para que possa ser socorrido pela união.

O que temos de informação é que Santa Catarina não se enquadra nesse critério. Portanto, é perfeitamente possível garantir o pagamento do salário de R\$ 1.451,00 para os professores da ativa e para os inativos também.

Então, queremos reiterar aqui o pedido para que o governo não cometa o mesmo erro que cometeu no ano que passou, quando não deu importância a essa lei e quando também não estabeleceu diálogo com a categoria. O resultado foi extremamente lamentável, e todos nós sabemos o resultado final.

Da mesma forma, quero aproveitar para comunicar a todos que alguns habitantes da cidade de Joinville procuraram-me no sentido de eu fazer a denúncia de que três escolas do município: Maria Amin Ghanem, no Aventureiro; Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba; e Plácido Olímpio de Oliveira, no Bucarein, não puderam abrir as portas porque foram interditadas pela Vigilância Sanitária.

É lamentável que todo ano tenhamos situações como essa em que o município tenha que bancar o transporte escolar e que os pais fiquem indignados, assim como os estudantes, e façam protestos.

O que vamos fazer diante dessa denúncia? Vamos oficializar a comissão de Educação desta Casa para que

proceda a uma averiguação da situação dessas três escolas estaduais para que, a partir daí, possamos tomar providências urgentes, porque esses dois mil alunos não podem começar o ano dessa forma. Já estamos com as aulas iniciadas há um mês. E tivemos os meses de dezembro e de janeiro para resolver esses assuntos, mas, infelizmente, o estado repete a mesma rotina todos os anos. Começa-se o ano com escolas em precárias condições, com falta de professores e com o estado sem definir uma política decente de alimentação escolar.

Então, está na hora de as pessoas pararem de discutir o troca-troca de governo e começar a responder pelas secretarias pelas quais são responsáveis.

Queremos fazer esse chamamento em nome dos educadores e pedir que a secretaria da Educação, em nome do novo titular que a assume, possa ser mais ágil, mais célere e dê um destino mais razoável para os nossos estudantes, professores e servidores.

Logo mais, às 18h, participaremos de uma reunião solicitada por esta deputada e pelo deputado Dirceu Dresch, que contará com a presença das entidades que iniciaram no ano passado o debate da autogestão na alimentação escolar. Pedimos essa reunião para que o estado diga qual é o calendário de implementação de uma alimentação que seja menos questionada e menos vergonhosa por parte da Justiça e do destino dos recursos público.

Então, esperamos notícias boas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria, neste início de semana, de saudar os deputados, os funcionários desta Casa, o presidente Moacir Sopelsa e fazer alguns registros do que iremos

retomar, deputado Dirceu Dresch, nosso líder, deputada Luciane Carminatti, durante esta semana.

Na semana passada, dia 23, o jornalista Roberto Azevedo, deputada Luciane Carminatti, que é educadora, abordou um assunto sobre uma licitação feita na secretaria da Educação do estado. Trata-se de um *software* de gestão em sala de aula contratado sem licitação, inclusive quero pedir ao governador que demita o Benhur Antônio Cruz de Lima, assessor de Comunicação, e a assessoria jurídica que fez a sua defesa, pela contratação de uma empresa do estado de São Paulo, de um *software*, sem licitação, em que o empenho foi feito no dia 14, a nota fiscal apresentada no dia 15 e o pagamento feito no dia 16. Nunca vi governo tão rápido para pagar!

Apenas gostaria de avisar ao estado de Santa Catarina, ao governador e ao secretário da Educação que uma empresa de Santa Catarina ganhou uma licitação em São Paulo, na prefeitura de Gilberto Kassab, dessa empresa que foi contratada aqui em Santa Catarina, com uma diferença de R\$ 745 mil e com o agravante de que em São Paulo foi pago em 12 meses e aqui no nosso estado pagaram à vista porque está sobrando dinheiro.

Então, durante esta semana vamos retomar esse assunto porque há de se demitir a equipe inteira, deputado Moacir Sopelsa.

Eu vou mostrar que o *software* da empresa de Santa Catarina é mais eficiente do que o da empresa de São Paulo, que perdeu a licitação naquele estado. Trata-se de uma empresinha de Alfredo Wagner, um *software* de Alfredo Wagner, que não teve a possibilidade de participar da licitação.

Vou retomar este assunto amanhã porque irei apresentar nota do empenho e do valor para mostrar que essa empresa aqui em Santa Catarina está cobrando R\$ 860,00 por sala de aula; lá no Rio Grande, R\$ 540,00; e na secretaria Regional de Ituporanga, que usava o *software* e não vai poder usar mais, era pago R\$ 270,00 por escola. Então, quero avisar ao secretário de Educação que amanhã

voltaremos com essa conversa, deputado Kennedy Nunes.

Quero registrar, ainda, deputado Dirceu Dresch, que foi impetrado um mandado de segurança pelo Ministério Público do Tribunal de Contas, deputado Sargento Amauri Soares, proibindo-nos de obter informações sobre a auditoria daquela Casa. O Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado!

Desde o ano passado já enviei mais de seis pedidos de informação e até agora não recebi resposta de nenhum. Então, é importante relatar o que diz a Constituição Federal, da Administração Pública, no seu capítulo VII:

(Passa a ler.)

“Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” [sic]

A Constituição de Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, diz que fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos do Poder Executivo e Judiciário, incluindo as entidades da administração indireta do Tribunal de Contas, é uma função da Assembleia Legislativa.

Aprovamos aqui um portal de transparência para todos os órgãos, e se eles não nos querem dar nem essa informação, deputado Moacir Sopelsa, isso é muito sério. Eles têm 30 dias para nos repassar todos os pedidos de informação!

Há 20 dias fiz um pedido sobre o centro de hemodiálise no hospital Celso Ramos e nunca vi mentirem tanto, porque conheço aquele centro de hemodiálise muito mais do que o secretário, e ele está com a máquina parada, faltam profissionais e atendem apenas dois dias por semana. Mas para quem olha é uma maravilha! Uma mentira deslavada sobre essa informação! Será que vamos continuar sendo enganados?

Então, quanto a essa questão do Ministério Público, não me chamo Jailson se não abrir essa caixa-preta, porque temos o direito de receber os

pedidos de informação que fazemos! E o mandado de segurança foi formulado por um promotor cujo nome inicia com as letras MR, e naquela instituição 96% dos seus recursos são pagos em salários, deputado Reno Caramori, sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal também serve para eles.

Então, quero dizer ao Ministério Público do Tribunal de Contas, ou será que é mistério público, que amanhã vamos retomar esse assunto com mais tempo.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero passar a palavra à nossa deputada Luciane Carminatti, educadora, que conhece da área da Educação, para dizer que esse *software* é lavagem de dinheiro no estado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Nós encaminhamos um pedido de informação, também, no ano passado, quando recebemos esta denúncia, e vou lhe passar a cópia da resposta do Ministério Público que encaminha para uma diretoria interna daquele órgão a investigação sobre essa questão do *software* da informática da secretaria da Educação.

Então, queremos nos somar a esse seu desejo de descobrir o que aconteceu. Queremos saber se foram utilizados recursos do Fundeb para isso e por que não foi feito com a própria equipe que hoje existe e que também nos informou que não havia necessidade para adquirir esse *software*.

Então, queremos socializar essa informação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. em concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo um aparte ao nosso líder do PT.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Jailson Lima pelo tema.

Também fiquei perplexo com a resposta em outubro do ano passado, quando fizemos pedidos de informação, desse tal Ministério Público dentro do Tribunal de Contas, que há algum tempo grande parte da sociedade catarinense nem sabia que existia. Vê-se que há autonomia financeira, que

começa a sair denúncia, e a pergunta é: por que não temos acesso a informações, se o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar deste Poder?

Então, essa é a grande pergunta. Não vamos parar por aí, como disse o deputado Jailson Lima, queremos saber o que tem nessa dita caixa-preta do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Então, é necessário saber o que existe. Precisamos entrar com ações judiciais para obter mais informações e procurar os nossos direitos de legislador sobre essa situação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É interessante, deputado Dirceu Dresch, que os órgãos que deveriam ser mais transparentes e que são auxiliares da Assembleia Legislativa, diga-se de passagem, são os que mais protegem informações colocando como sigilosas informações de direito público. A Assembleia implantou o Portal Transparência porque defendemos isso e nunca negamos que temos que ir avançando.

Aprovamos aqui um projeto de lei de transparência para todos os órgãos, mas o Ministério Público do Tribunal de Contas, além de se manifestar contrário desde outubro, não responde aos pedidos de informação da Assembleia, sobre os quais teriam 30 dias para dar essas informações, de acordo com o decreto do governo do estado.

Amanhã, depois de amanhã ou depois, vamos continuar falando sobre esse assunto. Mas quero que amanhã, especialmente, o sr. Benhur Antônio Cruz Lima, lá da Educação, que não é meu parente, escute o meu pronunciamento sobre esse *software*, porque precisamos dar continuidade, deputada Luciane Carminatti, ao trabalho nas escolas, aos professores, pois o tempo de fazer planilha manual já passou.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, publico que nos acompanha hoje nesta Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Hoje, pela manhã, tivemos, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, a votação e a aprovação da proposta construída e acordada entre as centrais sindicais, entre as empresas e as centrais representantes de empresários de Santa Catarina, do piso mínimo catarinense. Um projeto, uma lei de grande importância, porque todo ano, agora, enquanto não houver uma legislação definitiva, vamos ter a aprovação do reajuste do piso mínimo regional que, segundo os dados do próprio Dieese, beneficia mais de um milhão de trabalhadores catarinenses. E grande parte dos acordos coletivos já se baseia no piso mínimo regional.

É claro que, deputado Sargento Amauri Soares, temos uma demanda e uma luta pelo reajuste desse piso. E a nossa proposta inicial era de que deveríamos chegar ao reajuste do salário mínimo nacional, em torno de 14,5%; e depois de um longo processo de negociação, de debate, chegou-se a um termo de acordo, em média, de 10%. Temos aí um aumento das quatro faixas de categorias entre R\$ 700,00 e R\$ 800,00 do piso catarinense.

Então, sempre levantamos e discutimos, nesta Casa, desde a luta pela implantação da criação do piso mínimo catarinense, que quando o trabalhador, a trabalhadora tem um poder aquisitivo melhor, uma renda melhor, toda a sociedade ganha. O comércio vende mais, a indústria precisa produzir mais, e estamos vivendo este grande momento da economia brasileira, pois com a melhoria do poder aquisitivo os trabalhadores têm esse bom momento com as políticas acertadas do ex-presidente Lula, da presidente Dilma, que vem dando continuidade a esse reajuste, inclusive acima da inflação e acima de patamares.

O que precisamos, e há, inclusive, uma mobilização muito grande já das centrais

sindicais, é trazer um projeto da iniciativa popular para esta Casa, em que tenhamos patamares de reajustes anuais já garantidos em lei no piso mínimo regional. Não precisamos a cada ano discutir patamares, mas como temos hoje o salário mínimo nacional, teremos um reajuste garantido em lei, pelo INPC, pela inflação, pelo crescimento do PIB, e outros mecanismos.

Então, esse é um debate com o qual esta Casa precisa contribuir com a sociedade catarinense, para que, de fato, esse projeto seja aqui aprovado.

Vamos trabalhar no dia de hoje e amanhã para que este projeto do piso seja aprovado ainda esta semana nesta Casa, dialogando com as demais comissões para que agilizem a aprovação da matéria, porque temos inúmeras categorias que estão em processo de negociação. E, felizmente, o piso mínimo regional já serve de base para as negociações coletivas no estado.

Então, os trabalhadores não fecharão o acordo coletivo antes de esta Casa aprovar e o governador sancionar esse projeto do piso para servir de base nesses acordos coletivos. Por isso, também temos aqui uma necessidade de agilizar o processo, mesmo sendo retroativo a janeiro, mas ele atrasa as negociações dos trabalhadores, que terão perdas, porque eles já poderiam estar negociando o seu salário com antecedência. Se atrasar aqui, também atrasa muitas negociações coletivas pelo estado afora.

Então, quero agradecer a votação, os encaminhamentos na comissão de Constituição e Justiça, e esperamos que nas comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público esse projeto ainda possa ser aprovado amanhã pela manhã e vir a Plenário na parte da tarde.

Esse é o nosso trabalho, o nosso esforço, e as próprias centrais sindicais estão visitando esta Casa, os deputados, para que esse projeto seja aprovado o quanto antes.

Queremos respeitar também, deputado Sargento Amauri Soares, o seu esforço, sempre no sentido de

melhorar o piso, a renda dos trabalhadores catarinenses. Então, essa emenda é positiva, mas no momento a nossa avaliação é que não tínhamos como legalmente, juridicamente incluí-la, mas estamos abertos para um debate futuro, para construirmos com o tempo uma emenda ou um projeto que possa suprir essa demanda colocada na sua emenda.

No mais, estivemos ontem também em uma audiência na secretaria da Agricultura, com a equipe toda da secretaria e com o secretário, juntamente com as entidades da agricultura familiar, da Via Campesina, dos movimentos sociais do grande oeste catarinense, discutindo a problemática da estiagem.

O governo do estado já foi três vezes para Chapecó fazer anúncios, debates sobre a estiagem, levando toda a caravana, deputada Ana Paula Lima, que teve um custo muito grande para o estado, com idas e vindas de helicóptero para o oeste. E na avaliação das entidades e dos agricultores pouca coisa ou nada chegou para os agricultores, além do transporte de água para as famílias envolvidas no município, pois nisso o estado tem contribuído, mas para as famílias dos agricultores ainda não chegou ajuda financeira.

Então, essa é a reivindicação, esse foi o debate realizado com o secretário, e infelizmente não houve um anúncio oficial do secretário com relação à pauta das entidades, que trabalham firmemente com a perspectiva de ajuda para os agricultores, uma espécie de auxílio às rendas dos que perderam suas safras e a questão de um subsídio maior para o sistema de cisternas, pois hoje o estado subsidia o juro que é de 1% a 2%.

Precisamos da implantação imediata do programa de recuperação de mata ciliar, inclusive com uma política de renda para os agricultores; poderia haver um programa para o pagamento dos serviços ambientais, poderia começar por aí, ou seja, recuperar a mata ciliar, recuperar as fontes para haver um volume de água maior nas propriedades, e essa água dura mais tempo.

Além disso, temos outros temas como a isenção do programa troca-troca do estado, já que o Rio Grande do Sul anistiou seu programa troca-troca para a agricultura familiar. Então, esse é um apelo também, um pedido que os agricultores, as entidades, estão fazendo ao estado.

Até agora o secretário não assumiu nenhum compromisso novo. Mas esperamos que pelo menos ele encaminhe esse ao governador Raimundo Colombo, e que a agricultura familiar, que tem um papel tão importante no desenvolvimento da economia catarinense, tenha também o socorro, uma ajuda por parte do governo do estado.

Há o anúncio do programa das sementes, mas isso é para a próxima safra, não é para ajudar os agricultores na questão das perdas que tiveram neste momento. Então, é uma questão de opção do estado de investir num setor tão importante quanto é a nossa agricultura familiar, a pequena propriedade do nosso estado, principalmente do oeste, que neste momento sofre tanto com a estiagem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrita a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, minha saudação a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero falar sobre um tema que já foi abordado na tarde de hoje pela sra. deputada Luciane Carminatti, que é sobre o aumento do piso nacional do Magistério.

(Passa a ler.)

"Ontem, a nossa presidenta Dilma Rousseff e o ministro da Educação, Aluizio Mercadante, anunciaram o novo piso nacional do Magistério. O novo valor ficará na ordem de R\$ 1.451,00 e um reajuste de 22%, deputada Luciane Carminatti, ou seja, esse deverá ser o piso mínimo dos

professores da rede pública de Santa Catarina. Nenhum professor poderá ganhar menos do que R\$ 1.451,00.

O que me estranha, srs. parlamentares, é a notícia estampada em todos os jornais de hoje e nas colunas políticas afirmando que o nosso governador, Raimundo Colombo, está iniciando um *lobby* em Brasília, tentando impedir o aumento do piso nacional do Magistério. Lamentavelmente, espero que ele não cometa o mesmo erro que o então governador Luiz Henrique cometeu.

Quero lamentar profundamente este ato do governador de afronta aos direitos dos professores catarinenses e dos professores do nosso país. E não vamos dizer que o estado foi pego de surpresa com o reajuste de 22%, porque desde o ano passado durante a greve do Magistério estadual, em 2011, um dos grandes argumentos do governo do estado para encerrar a greve era que em janeiro teríamos o reajuste de 22% no piso nacional do Magistério. E lá já se falava desse percentual de aumento, que foi confirmado ontem pela nossa presidente Dilma Rousseff.

Portanto, esses 22% já estavam ou deveriam estar no planejamento do governo do estado, porque desde o ano passado, deputada Luciane Carminatti, a senhora que acompanhou mais efetivamente também as negociações, a todo momento o governo sabia desse percentual de aumento de 22% para o piso nacional dos salários do Magistério.

Santa Catarina já deu um péssimo exemplo para o Brasil quando o então governador Luiz Henrique assinou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN -, no Supremo Tribunal Federal, contra a lei do piso, mas graças a Deus foi derrubada. Parece que o governador Raimundo Colombo articula o mesmo caminho, ir ao Supremo contra o reajuste do piso.

Senhores e senhoras, se queremos ter uma educação melhor, se queremos ter segurança, se queremos que as nossas crianças estejam em escolas e, agora, se fala de escola em turno integral, temos que começar pela melhoria da educação no estado de Santa Catarina, melhorando o salário dos nossos educadores.

Espero, então, que essa ação do governador Raimundo Colombo não se confirme. Os professores de Santa Catarina não merecem tamanho desrespeito novamente do atual governo. R\$ 1.451,00 de piso para um professor catarinense, no meu entendimento, ainda é muito pouco pela responsabilidade que têm esses educadores na formação das nossas crianças e adolescentes.

O Sinte, sindicato da categoria, já anunciou, deputada Luciane Carminatti, que não vai abrir mão desse reajuste e que no próximo dia 15 de março terão uma assembleia estadual da categoria, que certamente vai exigir do governador o cumprimento dos compromissos assumidos durante a última greve ocorrida no ano passado.

Nós, aqui na Alesc, fizemos o nosso dever de casa ao denunciar os desvios do Fundeb e dos repasses constitucionais que não eram devidamente aplicados na educação. E, infelizmente, mais uma vez o dinheiro vindo do governo federal, que é o dinheiro do fundo, não foi aplicado na sua integralidade, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que é professora na educação catarinense.

Mudamos a legislação para garantir que os recursos da educação sejam de fato aplicados na educação. Isso foi trabalho da Assembleia Legislativa.

Temos discordâncias estratégicas com o governo estadual, que retira recursos da educação através de seus fundos, que são inúmeros, por exemplo, o fundo social, e que diminui significativamente os investimentos na área da educação.

Governador Raimundo Colombo, em Santa Catarina não falta dinheiro para pagar bem os nossos professores. O que falta é aplicar recursos da educação na área da educação. Vamos acompanhar, público catarinense, os nossos professores neste processo e cobrar a implantação do Piso Nacional do Magistério não sobre salário, deputada Luciane Carminatti, isto é um erro, mas sobre a carreira dos professores estaduais. É esta a luta dos professores estaduais, que o piso nacional do Magistério seja implementado em cima do salário de carreira.

Na próxima quinta-feira, senhoras e senhores, irá assumir o novo secretário da Educação, o professor Eduardo Deschamps, que é da minha cidade Blumenau, que foi reitor da Furb e que terá um imenso desafio a ser superado: garantir a valorização do Magistério e uma educação de qualidade às nossas crianças e aos nossos adolescentes”.

Vale aqui ressaltar também, srs. parlamentares, que o professor Eduardo Deschamps participou de todas as negociações com a categoria do Magistério e em nenhum momento fechou as suas portas para a negociação. Então, esperamos que agora ele como secretário da Educação possa cumprir com a valorização dos nossos professores. Acredito que ele tenha muita competência para isso, e vamos acompanhar o seu trabalho.

(Continua lendo.)

“Quero ainda registrar, sr. presidente, o plano entregue em Brasília para o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, em Blumenau, que estará sendo criado dentro da Furb. Ontem, foi anunciado o primeiro planejamento que prevê 6.300 mil vagas públicas até o ano 2020, que é a tão sonhada Universidade Federal no vale do Itajaí, na cidade de Blumenau, uma luta tão antiga de toda comunidade.

Agora, de fato os caminhos para uma universidade pública em Blumenau e no vale do Itajaí começam a se concretizar. Temos imensos desafios pela frente. Mas conseguimos pautar em Brasília os nossos reclames. Ficam os desafios da situação dos professores, do aumento de cursos públicos, na cidade de Blumenau, do patrimônio da Furb, e outros que estão em projetos e em negociação.

Esse projeto precisa de ajustes que devem ir ao encontro definido pelo Conselho Universitário da Furb. E no próximo dia 13 de março teremos uma importante reunião entre a Furb e a Universidade Federal de Santa Catarina, quando as reivindicações serão devidamente encaminhadas. O processo continua, e estamos bem avançados nessas negociações.

Tenho a convicção de que abrimos as portas, a médio prazo, para termos uma Universidade Federal em Blumenau, um luta antiga da nossa comunidade, um sonho de décadas. Mas temos muito trabalho pela frente e vamos trabalhar muito para a concretização desse sonho”.

Quero também salientar, srs. parlamentares, que há, sim, uma dívida do estado e da união com a nossa região, no que tange a educação e no que tange a saúde.

Não temos em Blumenau nenhum hospital público do estado e da união e também não temos nenhuma universidade gratuita. E é disso que a comunidade necessita, e é para isso que estamos lutando.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Consulto o sr. deputado José Milton Scheffer, e agora vejo o deputado Gilmar Knaesel, sobre quem usará o horário do PSDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, imprensa, hoje é um dia muito especial para o PSDB de Santa Catarina. Acabamos de sair de um almoço, na parte da manhã, quando tivemos uma reunião promovida pelo nosso Instituto Teotônio Vilella, contando com a presença do governador do Paraná, Beto Richa, que nos prestigiou com a sua experiência política de prefeito de Curitiba e agora governador do estado do Paraná.

Todos sabem que o Beto Richa é filho do ex-governador e ex-senador José Richa e que ao longo dos últimos anos vem buscando se promover na política via PSDB, tanto como prefeito e agora como governador, promovendo políticas públicas reconhecidas não apenas no Paraná como em nível de Brasil, contando sua experiência como prefeito da

capital, principalmente na área social, na questão da mobilidade urbana.

Todos sabem que Curitiba é um exemplo em nível mundial não apenas para o Brasil. Claro que isso vem de vários governos, mas o Beto Richa deu sequência, digamos assim, e melhorou em muito a infraestrutura e a mobilidade urbana da cidade de Curitiba. E isso o promoveu, com certeza, a candidato a governador do estado.

Enquanto prefeito teve uma aceitação popular, sendo reconhecido em todas as pesquisas como o melhor prefeito de capital do Brasil, e agora, também, levando essa experiência para o governo do estado, onde tem uma aceitação de quase 70% dos paranaenses, da sua gestão como governador, interiorizando várias ações e fazendo com que o desenvolvimento econômico caminhe junto com o desenvolvimento social. Essas duas questões fazem parte da política do PSDB em relação aos municípios que o PSDB administra, aos estados, e tentando com isso qualificar os serviços públicos e melhorar a qualidade de vida dos catarinenses.

Também gostaria de saudar o senador Paulo Bauer, que foi o grande articulador da vinda do Beto Richa, junto com o ITV. Da mesma forma o nosso presidente, Leonel Pavan e toda bancada estadual liderada pelos deputados Marcos Vieira, Dado Cherem, Dóia Guglielmi, Serafim Venzon e eu, que estivemos juntos em todos os momentos, e também a executiva estadual do PSDB.

Portanto, foi uma reunião que qualificou e de grande importância neste momento em que o PSDB se prepara para novamente fazer frente às eleições municipais. Que o estímulo e a experiência trazida pelo governador do Paraná venha se somar ao projeto do PSDB.

Mas também tivemos o anúncio, no dia de ontem, da candidatura a prefeito de São Paulo, do nosso José Serra. Acho que também é de suma importância para o PSDB nacional a continuidade da eleição da maior cidade do Brasil, o terceiro maior orçamento do Brasil, que é a cidade de São Paulo.

O nosso José Serra, que foi nosso candidato a presidente da República na última eleição, aceitou

esse desafio, acima de tudo, com o compromisso partidário, para que, com a participação dele na eleição municipal possa estimular, acima de tudo, o PSDB de outras capitais, de outras cidades, a também viabilizarem candidaturas de nome de expressão, já que as eleições municipais este ano para o PSDB são, sem dúvida, o momento de autoafirmação, já que viemos de derrotas nacionais nos últimos três pleitos consecutivos, e com isso participando das eleições municipais com as nossas principais lideranças, entre os quais José Serra.

Isso também traz estímulo, motivação e vai fazer com que muitos nomes bons do PSDB que talvez tenham dúvida em participar das eleições municipais acabem se deixando influenciar por esses exemplos e participando então como candidatos a prefeito.

Então, José Serra com esse gesto abre um caminho para a unificação do PSDB nacional, já que todos conhecem as disputas internas, naturais em qualquer partido político, pelas principais lideranças que estavam afetando a continuidade do projeto do PSDB. Através desse gesto, tenho certeza de que, com o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, com o senador Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais, um dos nomes fortes do PSDB, com o Fernando Henrique Cardoso também, encontrarão o caminho para o PSDB se preparar para as próximas eleições nacionais.

Eu faço esse registro em nome da bancada do PSDB e quero ressaltar a visita do Beto Richa a este estado. O Paraná tem sido um estado em franco desenvolvimento, que tem com Santa Catarina, principalmente na questão do turismo, uma parceria importante. Todos sabem da movimentação dos paranaenses para este estado, não somente pelas praias, mas por todos os nossos destinos turísticos. Essa parceria já funciona muito bem há muitos anos, tem sido incrementada e hoje foi pauta da nossa conversa. E também milhares de catarinenses procuram o seu lazer no Paraná, principalmente visitam a Foz do Iguaçu e também as praias do Paraná. Então, existe essa troca de turistas dos dois estados.

Nobres pares, a questão da mobilidade urbana foi o grande centro das conversas, com o exemplo que Curitiba vem experimentando, especialmente no transporte coletivo e também com a humanização do setor, através de ciclovias, de passagens para pedestres e calçadas que lhes deem segurança, olhando não apenas para o automóvel e, sim, para outras formas de locomoção.

Em nome da bancada do PSDB, gostaria de cumprimentar o instituto que está promovendo essas palestras, no sentido de trazer experiências bem sucedidas para o PSDB de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Milton José Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Moacir Sopelsa, estivemos, no último sábado, na cerimônia de abertura da 22ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz do Rio Grande do Sul, onde tivemos a presença do ministro da Agricultura, deputado Mendes Ribeiro Filho, do governador Tarso Genro, de diversos deputados federais e estaduais, de presidentes de instituições ligadas ao setor. Trata-se de um evento que acontece há muitos anos, um grande palco de debate, de discussão das políticas públicas voltadas para a produção de arroz, que é um dos importantes cereais na mesa dos brasileiros, fundamental para a economia do sul de Santa Catarina e de todo o litoral catarinense, enfim do sul do Brasil como um todo.

O ministro Mendes Ribeiro manifestou apoio às maiores reivindicações dos rizicultores, dentre elas a questão de nivelar as assimetrias do Mercosul.

O nosso país assinou um acordo comercial com os países do Mercosul, mas esqueceu,

principalmente na questão da agricultura, os entraves, as dificuldades, a carga tributária que os nossos agricultores têm que carregar nas costas e, ao mesmo tempo, enfrentar a concorrência de produtos que vêm de fora.

Nós vimos hoje a indústria beneficiando-se dos acordos comerciais e temos visto, sem dúvida nenhuma, os agricultores, no caso específico do arroz, pagando a conta para que o Brasil possa exportar produtos metalmecânicos, da linha branca e tantos outros para o Mercosul.

Foi cobrado do ministro providências nesse sentido. Não tem como um produtor de arroz de Santa Catarina competir com um da Argentina, pois lá os insumos custam na faixa de 50% do preço daqui; um trator custa metade do preço no Brasil, e é a mesma coisa com os fertilizantes e outros. Como o nosso agricultor, por mais competente e eficiente que seja, vai ter condição de enfrentar essa concorrência?

Ao longo dos anos, as áreas plantadas têm aumentado no Uruguai, na Argentina e agora na nova fronteira do Paraguai. O ministro assumiu o compromisso de criar mecanismos que permitam aos agricultores terem apoio suficiente, subsídios e outros mecanismos através de políticas públicas que possam compensá-los, principalmente os produtores de arroz nessa situação.

Também, na pauta de reivindicações da 22ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, está a questão do endividamento. E aí estão além dos arrozeiros, também os produtores de maçã, suinocultores e muitos outros.

Foi pedido ao ministro um estudo a ser realizado pelo Ministério da Agricultura, para tentar recuperar, em função de questões climáticas como a estiagem e as questões comerciais, a situação dos produtores rurais que, ao longo dos últimos três, quatro anos, têm sofrido uma restrição na sua renda e propriedade. Isso não tem permitido que muitos deles cumpram com os seus compromissos, e ficando inadimplentes são impedidos de tomarem novos empréstimos. É preciso que o governo federal também olhe para o produtor

rural da mesma forma com que tem olhado para os bancos e para outras organizações que financiam indústrias e também o sistema financeiro nacional.

É importante um sistema de rolagem dessa dívida que dê condições para que o produtor possa pagá-la, sem impedir que continue plantando e produzindo, como tem feito muito bem ao longo dos anos.

O ministro também confirmou a liberação de recursos para a exportação de mais de um milhão de toneladas de arroz, durante a safra 2011/2012, e a manutenção de todos os mecanismos de comercialização do arroz, o PEP, EGF, AGF e todos os disponíveis durante a safra, para que especialmente os pequenos produtores não sejam prejudicados nessa questão comercial vendendo o produto a preço baixo. Enquanto isso, os produtores com melhores recursos esperam a passagem da colheita e aí conseguem faturar, principalmente os intermediários, através dos produtores que estão descapitalizados. O governo tem ferramentas, basta que as acione agora, neste momento, durante a colheita, para que o agricultor possa se proteger.

Uma série de itens, de prioridades do setor do arroz foi elencada para o ministro Mendes Ribeiro. E em Santa Catarina, nós precisamos unir sindicatos, associações, cooperativas e entidades estaduais para que tenhamos voz e vez nessa questão do arroz, para chamarmos a atenção no que se refere às políticas públicas. Temos agricultores competentes, sistemas de pesquisa eficientes e precisamos agora, através da organização, conquistar esse espaço para que o nosso agricultor não seja prejudicado, principalmente nas questões comerciais.

Quero aqui, sr. presidente, também aproveitar para informar aos nobres pares que, na última semana, foi lançado, através da estação experimental da Epagri de Itajaí, uma nova cultivar de arroz, a SCS117 CL, uma cultivar moderna, tecnológica, que permite a aplicação de herbicidas contra o arroz vermelho, sem que a planta do arroz seja prejudicada. É a primeira

cultivar de arroz lançada pela Epagri com essa característica.

Queremos cumprimentar a chefia da estação da Epagri de Itajaí, também os técnicos que trabalham no Programa de Melhoramento de Arroz, que têm feito de Santa Catarina o segundo maior produtor estadual de arroz. Hoje, há cerca de 150 mil hectares plantados. Produzimos aproximadamente um milhão de toneladas de arroz. Mais de oito mil famílias de agricultores sobrevivem em cima da cadeia produtiva do arroz, que é fundamental também para a economia, o comércio e também na arrecadação de impostos de vários municípios de Santa Catarina.

Queremos, do plenário, cumprimentar a Epagri e toda a sua equipe de pesquisadores pelo lançamento dessa nova variedade que vai, sim, permitir o aumento da produção de Santa Catarina com qualidade e também adequar o nosso produtor aos mecanismos modernos de produção, através do sistema *Clearfield*, o sistema de campo limpo.

Quero, sr. presidente, agradecer a oportunidade e cumprimentar esses pesquisadores por mais essa conquista.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta manhã de terça-feira.

Quero fazer o registro da presença do Carlos Alberto da Silva, do Sintrasp/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública de Santa Catarina.

Agradeço também a presença do presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado de Santa Catarina.

Eu me referi, na semana passada, ao episódio ocorrido na Penitenciária Estadual de Florianópolis, em que, durante uma fuga de presos daquele estabelecimento, um policial militar, o soldado Giucemar Coelho, foi alvejado por arma de fogo. Levou um tiro no pé, na verdade, no calcanhar. E machucou bastante, pois vai ficar mais de seis meses afastado. Essa arma de fogo foi disparada provavelmente por um vigilante da empresa privada que trabalha na penitenciária tomando conta da segurança externa do estabelecimento penal.

Essa é uma atribuição historicamente realizada pela Polícia Militar. E, por conta da defasagem de efetivo, por conta também da filosofia de governos e de comandos, dá-se agora dessa forma, com o discurso de privatizar a segurança, privatizar o sistema prisional. Embora na lei nada tenha mudado com relação a isso, na penitenciária estadual, metade dos trabalhadores que fazem a segurança externa do estabelecimento são vigilantes de uma empresa privada que trabalham com carabina, uma arma de fogo letal. E provavelmente o tiro que atingiu o companheiro soldado Giucemar Coelho saiu de uma dessas armas.

Na mesma linha, outro companheiro, que trabalhou conosco na companhia de guarda, foi atingido por uma arma de fogo em Palhoça, na última sexta-feira, durante uma ocorrência, o soldado Sandro Roberto Siegel.

Queremos manifestar a nossa solidariedade a esses dois companheiros, o Coelho e o Siegel, aos familiares, aos companheiros mais próximos e dizer da nossa preocupação quanto à fragilização da segurança pública no estado de Santa Catarina.

Como falei, essa situação é histórica e tem década no sistema de diminuição de efetivo ou da não contratação do efetivo que leva com o tempo à diminuição, e a reposição é demorada. Mesmo o governo tendo determinado a realização de vários concursos e contratação tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, na perícia oficial, ainda temos que ir nessa velocidade, nesse ritmo, e talvez leve mais uns

dez anos para que possamos retomar aquela situação que tínhamos lá na década de 80, 25 anos atrás. Ou seja, é preciso contratar nesse ritmo do ano passado e deste ano por mais dez anos, para que possamos voltar a ter a situação que tínhamos na década de 80.

Estou fazendo esse balanço e falando desse assunto, porque, no último dia 23 de fevereiro, na quinta-feira passada, saiu uma notinha no *Diário Catarinense*, na coluna do Roberto Azevedo, no informe político, quase que passando inadvertidamente.

(Passa a ler.)

"Eduardo Pinho Moreira e Rogério Peninha Mendonça irão a Boston (EUA), dia 4 de março, para prospectar a instalação de uma grande empresa norte-americana de segurança no Estado."

Isso é para cair os braços. E quero acreditar que deva ser um engano e que isso não vá acontecer, que o vice-governador e o deputado federal Peninha, que foi nosso colega nas legislaturas anteriores, não estejam indo a Boston para prospectar a contratação de uma grande empresa de segurança para trabalhar em Santa Catarina. Isso deve ser uma informação distorcida, alguma coisa diferente. Sinceramente, não acredito, não consigo acreditar que o vice-governador do estado e um deputado viagem daqui para os Estados Unidos para procurar uma empresa privada norte-americana para fazer segurança pública no estado de Santa Catarina. Se esse tipo de coisa está acontecendo, estamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, na

verdade, divido o meu tempo, nesta tarde, com o deputado Carlos Chiodini.

Primeiramente, quero ressaltar um importante acontecimento. Estive na manhã de ontem na secretaria de estado da Agricultura, onde o secretário João Rodrigues assinou termos de convênio e cooperação com o Banco do Brasil, na casa dos R\$ 155 milhões. Termos estes que vêm diretamente a beneficiar o nosso agricultor que busca incessantemente melhores condições para manter a produtividade da pequena propriedade rural no estado catarinense.

O primeiro convênio trata de implementação da subvenção estadual ao seguro agrícola. Isso vai beneficiar os produtores de milho, soja, arroz e trigo. O governo do estado pagará 50% da parte do prêmio do seguro que cabe, no caso, ao nosso agricultor.

O segundo ato foi um termo aditivo ao convênio operacional que manterá os benefícios do Programa Juro Zero Agricultura e Piscicultura. Por meio desse convênio o Banco do Brasil financia as atividades apoiadas pelo programa, tais como: pecuária leiteira, fruticultura, cisternas e poços artesianos. E o governo do estado novamente entra com o custeio de todos os juros.

Na verdade, há devolução de todos esses convênios na hora que forem acessados pelos agricultores. No momento da devolução ele acaba devolvendo não o valor igual ao que recebeu, mas, sim, um valor inferior ao que recebeu, porque nem a correção nesse período será aplicada.

E, por último, foi assinado um convênio para a contratação do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Catarinense. O Banco do Brasil financia as atividades selecionadas pelo programa no âmbito do programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), e o governo do estado reembolsa aos agricultores os juros do financiamento.

São programas do governo federal, evidentemente, mas vale destacar que o governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria da Agricultura, está dando a sua contrapartida para

implementar ainda mais aqueles programas do governo federal que estão dando certo.

Sr. presidente, para conhecimento dos nobres deputados, trago um problema que vem trazendo uma insegurança muito grande no campo, principalmente para as pequenas famílias de agricultores, que é justamente essa entrada desordenada de leite do Uruguai e da Argentina.

Estive participando, ontem à tarde, de uma reunião com o presidente da Faesc, sr. José Zeferino Pedrozo, e naquela ocasião foram colocados dados importantes que levam a acionar a luz amarela do setor leiteiro em nosso estado. Temos um modelo invejável, que é aquilo que sempre falamos e defendemos neste Parlamento, que é o modelo da pequena propriedade rural.

No mês de janeiro, que é o mês de recesso dos parlamentares, visitei, e tenho certeza de que cada um dos parlamentares já fez isso, as comunidades, o interior, as cidades, os bairros dos nossos municípios, onde temos a nossa base de atuação, e lá realizei várias reuniões. Foram pequenas reuniões, evidentemente, mas naquela ocasião um número bem significativo de pessoas esteve presente. E dessas reuniões que eu realizei no interior, perguntei aos agricultores quais não tinham vaca de leite em sua propriedade e que não dependiam desse meio de produção para manter as suas famílias e permanecer vivendo no interior dos municípios catarinenses. Uma única família disse que não tinha vaca de leite porque o ramo que explorava era justamente o ramo da suinocultura.

Então, cabe destacar a importância desse segmento para a economia catarinense e, acima de tudo, para os agricultores, a fim de que possam ter esse modelo, essa qualidade de vida que aos poucos se vai restabelecendo. E o leite trouxe segurança aos agricultores e aos investidores uma possibilidade de aqui investir em melhorias, em industrialização, para fazer agregar valor àquilo que é um produto de qualidade, onde se produz uma quantidade significativa de leite por família no estado de Santa Catarina.

Sendo assim, alguns dados nos preocupam: em abril de 2009, foi assinado o acordo com a Argentina, estabelecendo uma cota de 3.000 toneladas de leite em pó por mês, mas não foi possível fazer um acordo com o Uruguai porque o governo brasileiro não conseguiu estabelecer um sistema de negociação plausível com este país. Assim sendo, o ministério da Agricultura, através do então ministro Reinhold Stephanes, impôs uma cota de 10.000 toneladas para todo o segundo semestre para aquele país. Algo imposto como uma forma de assegurar o mercado brasileiro.

Em 2010, o acordo com a Argentina foi renovado com ampliação da cota para 3.300 toneladas de leite em pó por mês, mas com o Uruguai não houve acordo algum.

Em 2011, ano passado, a muito custo, o acordo com a Argentina foi renovado com uma nova cota de 3.600 toneladas por mês e mais uma vez nada foi feito com relação ao Uruguai.

Em 2008, antes do acordo com a Argentina, o Uruguai representava 15% do mercado brasileiro de leite em pó, sendo que em 2010 a participação cresceu para 29% e em 2011 o leite importado desses dois países acabou representando 42% do leite que foi comercializado em nosso país.

Esses são dados que nos preocupam. E o que nos leva a trazer esse assunto ao conhecimento dos nobres pares é que somente no início de 2012 foram importadas 11.753 toneladas de leite em pó, sendo que desses 11.753, 6.221 toneladas vieram do Uruguai, 5.182 toneladas vieram da Argentina e 350 toneladas vieram do Chile.

Não sentimos diretamente esse impacto na vida do nosso agricultor justamente em virtude da estiagem que está assolando e prejudicando os pequenos agricultores, fato esse que não fez com que o preço caísse na propriedade do nosso agricultor. Mas tenho certeza de que se continuar dessa forma desordenada, não teremos outra forma a não ser vermos os nossos agricultores deixando o campo em busca de novas oportunidades.

Peço desculpas, deputado Carlos Chiodini, mas o tema é de extrema importância. Sei que v.exa.

também tem temas importantes a tratar, mas tinha que trazer ao conhecimento dos nossos colegas deputados esse problema que me levou a requerer a realização de uma audiência pública para discutirmos esse tema no Parlamento catarinense junto com a sociedade representativa, como a Fetaesc, a Faesc e outros órgãos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Manoel Mota, usando o tempo restante do nosso partido, o PMDB, volto a esta tribuna para tratar de um assunto que considero de suma importância, que é a difusão, a ampliação e a implementação de fato do ensino integral no estado de Santa Catarina, que abrange em torno de 640 mil alunos na rede estadual, que iniciou as aulas este mês com sete mil alunos participando do Programa de Educação Integral no ensino médio, o que foi motivo de notícias pelas dificuldades de implementação.

Em momentos da nossa vida, as novidades, os desafios nos geram dificuldades até serem de fato aplicados, mas não podem ser ofuscados na essência e na sua importância a todos os catarinenses, para um Brasil melhor.

Esse assunto foi tema de um programa realizado pela TVAL, o Parlamento em Debate, do qual tive a oportunidade de participar, juntamente com o deputado Ismael dos Santos, com a deputada Luciane Carminatti e também com o secretário Eduardo Deschamps, tratando das melhorias e das questões que ainda podem ser ampliadas para a consolidação desse programa.

Desde 2006, a educação integral tem sido considerada uma das principais bandeiras para a melhoria do ensino público, que passou a contar com o financiamento especial do governo e com isso tem sido adotada por mais redes municipais e estaduais.

Com a criação do Fundeb, em 2006, as escolas públicas com mais de sete horas de aula dentro do Programa Mais Educação, que é o programa específico, os integrantes das políticas de estados e municípios passaram a receber mais verbas para essa finalidade. O aumento de recursos é de 25% para o ensino fundamental e de 30% para o ensino médio.

Em 2009 - é um dado um pouco ultrapassado -, de 2.112 municípios, 500 municípios, ou seja, praticamente 25% deles, já trabalhavam com a jornada ampliada.

A consolidação política da educação integral, que já é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, vem no momento em que o Brasil figura entre os países onde as crianças passam menos tempo na escola.

Para concluir, já que o tempo está-se esgotando, quero dizer que nossa intenção é atender o interesse do cidadão, que é a defesa do modelo de escola integral, a ampliação desse sistema, a exemplo do Chile, onde 85% dos seus alunos estão na escola integral, com cerca de 3,8 milhões na rede pública, diferentemente do Brasil, que tem 53 milhões. Mas a posição brasileira também é diferenciada. E para que de fato o Brasil alcance o espaço que merece no mundo, não apenas economicamente, mas nos índices sociais de desenvolvimento humano e social, é preciso encarar e implementar programas como esse nos municípios e nos estados, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, quero cumprimentar todos que nos acompanham neste

instante, neste plenário, aqueles que nos acompanham em suas residências pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital e todos os catarinenses.

Quero dizer que para mim é uma alegria muito grande estar nesta Casa, mas acima de tudo é uma alegria muito grande também poder representar este estado, principalmente o vale do Itajaí.

Essa alegria ficou evidenciada e cada vez mais forte quando recebemos, em Blumenau, o governador Raimundo Colombo. Aliás, quero dizer que não foi somente em Blumenau que ele esteve presente, ele esteve também, na última semana, em Itajaí, em Blumenau e em Rio do Sul, para fazer a apresentação de um projeto que para muitos é um sonho, mas para mim é realidade, pois acredito na sua palavra, na sua pessoa, que é o de prevenção e mitigação dos problemas causados pelas cheias e desastres naturais.

Na última quinta-feira, em Blumenau, foi uma noite de muita alegria, onde o governador apresentou um projeto para resolver ou pelo menos amenizar o problema causado pelas enchentes. Fiquei muito feliz com o que ouvi. Primeiramente, o governador Raimundo Colombo, quando chegou a Blumenau, entregou ao prefeito João Paulo Kleinübing a cópia da descentralização de R\$ 2,5 milhões para a conclusão, deputado Manoel Mota, da obra de uma comporta de contenção de enchentes do bairro Fortaleza, dinheiro que já havia ido para lá, mas que devido à catástrofe teve que voltar para o estado. E agora o governador, reafirmando o seu compromisso junto com o prefeito, entregou para o prefeito daquela cidade uma cópia da descentralização desses R\$ 2,5 milhões, em que o estado entra com R\$ 2,5 milhões e a prefeitura com aproximadamente R\$ 1 milhão, numa licitação que está sendo executada.

Tenho aqui comigo não somente a cópia da descentralização desse dinheiro, como também uma cópia do edital de licitação, que deve ser aberta no próximo dia 19 de março. Espero que haja empresas credenciadas e que não haja impugnação por parte de alguma empresa nesse processo, que nenhuma empresa fique com dor de cotovelo e queira

entrar na Justiça, porque os moradores do bairro, da comunidade Fortaleza não aguentam mais. Então, eles precisam ser atendidos.

Este gesto do governador de iniciar a sua apresentação, entregando para mim, para o secretário regional César Dib Botelho, entregando para o prefeito João Paulo Kleinübing uma cópia da descentralização desses recursos para a conclusão definitiva do PI-5, é algo muito importante.

Mas quero dizer que isso foi apenas o aperitivo da noite. Considero que, talvez, depois da questão da duplicação da BR-470 e do processo de prevenção de cheias, o famoso Projeto Jica é sem dúvida alguma a obra mais importante de todo o vale do Itajaí. E o governador apresentou o seu plano, o seu projeto, que foi aperfeiçoado no sistema Jica. Estivemos com o governador no Japão, na Agência de Cooperação Internacional, agência japonesa, que se colocou à disposição com técnicos para aperfeiçoar o projeto.

O governador e o secretário Geraldo Althoff pegaram e aprimoraram novamente o projeto e o apresentaram na última quinta-feira para a comunidade do vale do Itajaí. Esse projeto envolve diretamente 14 medidas de impacto para a comunidade e vou tentar, nesses oito minutos que me restam, falar um pouco a respeito dessas 14 medidas, para que a população possa entender o que o governador Raimundo Colombo se comprometeu a fazer.

Mas volto a dizer que a minha alegria, deputado Manoel Mota, v.exa. que é um deputado experiente, foi saber que o governador foi lá para dizer o que quer fazer, o que pode fazer de imediato, o que não pode e ainda falou sobre a parceria que está construindo com a presidente Dilma Rousseff. Ou seja, mostrou a relação, acima de tudo, criando uma política de estado, uma relação maior do que os partidos políticos, mostrando a grandeza desse relacionamento e a preocupação de um governador e de uma presidente com o povo catarinense.

Fiquei muito feliz em poder dizer que represento o nosso governador, que acredito nele,

que acredito na sua força de trabalho e de ver a forma como está trabalhando em cooperação com o governo federal. Fiquei muito feliz.

Com relação às 14 medidas, quero dizer que a primeira diz respeito à implantação de um sistema de monitoramento e de alarme, que vai começar com a contratação de um grande radar para atender praticamente todo o estado de Santa Catarina. Radar que o governador não foi lá somente para prometer. Ele chegou ao local e assinou o edital do processo de licitação para a contratação desse radar que vai custar em torno de R\$ 25 milhões. Nós esperamos que nos próximos 18 meses esse radar possa estar instalado.

Além da questão do radar, o governador também colocou uma segunda medida, que é a sobrelevação das barragens de Taió e de Ituporanga, ou seja, levantar as barragens e aumentar a sua capacidade de armazenamento de água, porque o projeto de contenção de cheias baliza-se numa característica principal, fundamental, que é a questão da retenção da água na bacia hidrográfica. É a retenção da água em Taió, em Ituporanga, fazendo com que todo o vale do Itajaí seja atendido. E essa sobrelevação da barragem, que deve levar 36 meses para ser executada, que tem uma capacidade, uma perspectiva de investimento de R\$ 33 milhões, enfim, esse aumento das duas barragens é que vai permitir que se tenha um aumento de 35.000.000m³ de armazenamento nas duas barragens. Ou seja, 35 bilhões de litros de água a mais vão ser armazenados nessas duas barragens de Taió e de Ituporanga, algo muito importante para todo o vale do Itajaí.

Além da questão de ser colocado o radar, de aumentar a capacidade de armazenamento das barragens, o governador também colocou a terceira medida, que é a construção de comportas e diques no canal do antigo rio Itajaí Mirim, um projeto que também deve levar 36 meses, e terá um custo de R\$ 44 milhões.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Agradeço a v.exa. o aparte.

Gostaria de dizer que concordo com o que foi colocado por v.exa. no seu discurso, num reconhecimento público através dos microfones da Assembleia Legislativa, com referência à determinação do governador Raimundo Colombo e do nosso vice-governador Eduardo Moreira, no sentido de, através dessas decisões políticas, buscar a solução para os problemas que afligem a comunidade regional por mais de 30, 40 anos.

Como somos vítimas das enchentes desde 1973, muito se fala disso no alto vale de Santa Catarina. E agora, através do projeto Jica, contratado pelo ex-governador Luiz Henrique, com sequência no governo de Raimundo Colombo, o governador, na última semana, conforme pronunciamento de v.exa., foi às comunidades regionais de Itajaí, Blumenau e Rio de Sul anunciar, juntamente conosco, deputado Jean Kuhlmann, essas boas novas para o vale do Itajaí.

Então, quero fazer das suas palavras as nossas palavras, parabenizá-lo pelo extraordinário discurso que está proferindo e dizer que estamos solidários com o governo e com v.exa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Realmente o governador foi lá, propôs parceria com o governo federal, com a presidente Dilma Rousseff, a qual se colocou à disposição, e que o governador Raimundo Colombo fez questão de frisar isso, o que é um gesto muito importante. Ou seja, são várias medidas, e das 14 medidas, deputado Aldo Schneider, sete são da primeira etapa do processo. A primeira etapa tem um custo aproximado de R\$ 500 milhões. O governador deixou muito claro que R\$ 200 milhões serão do governo, recursos do próprio estado, do caixa do Tesouro, ou recursos que o estado buscará emprestados do BNDES e R\$ 300 milhões ele buscará através do apoio da nossa presidente da República.

É essa união, essa parceria e esse trabalho em conjunto que fazem a diferença, e é isso que o

povo quer. Porque, na verdade, srs. deputados e sras. deputadas, se o dinheiro vem da união, no fundo, no fundo ele vem do bolso do povo, porque é o povo que paga o imposto. É dele que sai o recurso que vai para o governo. Então, o governo é um mero repassador, aplicador e centralizador do recurso. Esse dinheiro que está vindo sai do bolso do povo, quando ele vai comprar uma mercadoria e paga imposto, quando faz qualquer ação e paga o imposto.

Mas não são somente essas sete medidas. Como eu falei, são 14 medidas. A primeira prioridade são essas sete, com um investimento de R\$ 500 milhões, e o governador já anunciou que existem mais sete medidas, totalizando 14, num investimento total, deputado Ciro Roza - v.exa. é de Brusque, e lá também haverá uma barragem para atender a comunidade de Botuverá, para melhorar a vazão da água e atender à comunidade de Brusque, ou seja, um projeto para toda a bacia hidrográfica -, de R\$ 1,5 bilhão.

Quando o governador terminou a sua apresentação, tive condições de falar com ele e dizer: Governador, eu tenho orgulho do senhor por sua coragem e determinação. O senhor está colocando um planejamento na questão do sistema de proteção de cheias não apenas para o seu governo, mas para os próximos 20 anos, e isso é importante!

Agora quero aproveitar este momento para questionar a comunidade: o que vamos fazer? Vamos ficar olhando? Vamos ficar apenas aplaudindo? Qual é a participação efetiva da comunidade nesse processo?

E é dentro disso, srs. deputados, que o fórum que criamos nesta Casa, o Fórum Permanente de Prevenção de Desastres Naturais no Vale do Itajaí, vai ter que trabalhar. Já estamos agendando uma audiência pública para o mês de abril, quando iremos chamar a população para saber de que forma ela irá participar do processo e de que forma irá fiscalizar, porque a população e nós, parlamentares, temos um papel muito importante, que é não deixar esse projeto cair no esquecimento deste e dos próximos governos.

O governador Raimundo Colombo deu o passo inicial e um dos passos mais importantes. Ele assumiu com coragem e determinação a solução do problema. Agora cabe a nós, parlamentares, e também à sociedade participar do processo e continuar cobrando para que isso realmente saia do papel. E nós, através do fórum permanente, das audiências públicas e da participação da população, vamos fazer com que o povo se manifeste e não deixe os próximos governadores esquecerem esse projeto que deve levar 10 ou 15 anos para ser executado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Passo a Presidência ao deputado Gelson Merisio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0038/2012 e 0039/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0040/2012, 0041/2012 e 0042/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0043/2012 e 0044/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0045/2012, 0046/2012, 0047/2012 e 0048/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0049/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0050/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0051/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0052/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0092/2012 e 0093/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0094/2012 e 0095/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0096/2012, 0097/2012 e 0098/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0099/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0100/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0101/2012 e 0102/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0103/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0104/2012 e 0105/2012, de autoria do deputado

Manoel Mota; 0106/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0107/2012, 0108/2012 e 0109/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0110/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Pedido de Informação n. 0005/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado aos secretários da Saúde e da Fazenda, solicitando informações sobre o contrato com a empresa Topmed.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0006/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os critérios adotados para a contratação da empresa Geha - Comércio de Sistemas de Informática Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0007/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre a data de início das obras de pavimentação da Rodovia SC-455, no trecho que liga o município de Macieira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos vários projetos que tramitaram hoje pela manhã na comissão de Constituição e Justiça. Amanhã, sob a orientação do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, tramitarão na comissão de Finanças e Tributação e amanhã à tarde estarão prontos para o Plenário. Por isso, não vamos deliberar matérias no dia de hoje.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, com relação àquela questão do piso regional, que é um ponto pacífico, pois acho que há uma convergência, até deixamos, hoje, em aberto, na comissão de Trabalho. E se a comissão de Finanças deliberar pela manhã, a nossa comissão estará aberta para podermos deliberar lá também, e então v.exa., se assim entender, poderá colocar amanhã na pauta do dia a questão do piso regional.

Enfim, faço um apelo à comissão de Finanças, na pessoa do deputado Marcos Vieira, para que, se possível, amanhã a comissão possa deliberar esse projeto para que consigamos, se assim entender v.exa., deliberá-lo em plenário.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Em relação a essa questão da votação do piso salarial, queremos dizer que acabou de chegar às nossas mãos o projeto para a relatoria e que já estamos providenciando o relatório. Amanhã cedo haverá uma reunião na comissão de Finanças, já conversamos com o deputado Marcos Vieira, levaremos o nosso parecer, provavelmente a comissão deverá deliberar e estará liberado, então, para vir depois para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A terceira comissão é...

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - É a comissão de Trabalho, do deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - No mesmo sentido, sr. presidente, queremos dizer que fizemos esse pedido, hoje pela manhã, na CCJ, ao presidente Romildo Titon, e também fizemos ao deputado Elizeu Mattos, presidente da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. E há pouco também conversamos com o deputado Marcos Vieira sobre essa questão de votarmos amanhã, porque há certa urgência nisso, pois boa parte dos acordos coletivos de trabalhadores e empresários no estado são feitos pela base do piso. Então, se aprovar, abrirá essa perspectiva, com a sanção do governador, para várias categorias do estado.

Portanto, era somente esse pedido que queria fazer, reforçando os pedidos dos demais deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, quero fazer o registro de que um grande homem público, na última sexta-feira, deixou de estar presente em nosso meio. Trata-se do professor Lycurgo Aleixo Nora, que foi um servidor público, em especial da educação. Ainda no tempo da antiga Ucre, dirigiu a regional de Mafra que, na época, estendia-se desde Porto União até Campo Alegre, pertencente apenas a uma regional da educação, conhecida como Ucre.

Falar de Lycurgo Aleixo Nora é um pouco difícil, uma vez que foi um homem especial não

somente para a educação, mas também para influenciar, através de suas opiniões e de sua determinação como ser humano, no desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Pelo bom exemplo que deu, pela sua honestidade, espírito público e liderança, foi coordenador da regional da educação de Mafra, região que o acolheu em meados da década de 60, e distribuiu energia em iniciativas muito amplas: na criação da atual universidade regional, na Apae, na formação e aperfeiçoamento de educadores e gestores escolares, e na sua paixão pela agricultura e pecuária, herança trazida de Videira.

Para finalizar, quero dizer que Lycurgo Aleixo Nora deixa exemplos inesquecíveis, segundo o nosso ex-governador e hoje deputado federal, Esperidião Amin, com quem foi um parceiro de trabalho e com quem desenvolveu muitas ideias. E essas ideias passaram a ações para se tornar realidades concretas, principalmente no que diz respeito à educação, como aqui disse.

Por outro lado, sr. presidente, não posso deixar de ressaltar, no dia de hoje, a tramitação do projeto de lei encaminhado a esta Casa, e que deverá, provavelmente, no dia de amanhã, entrar neste plenário para a votação. Trata-se do Projeto de Lei n. 0030/2012, que já tramitou nas comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público, no dia de hoje, e que autoriza a desafetação e doação à união de trecho da rodovia entre Canoinhas e Porto União, mais conhecida como SCT BR-280.

Esse trecho de rodovia foi construído nos anos 80, na época em que Esperidião Amin foi governador, e a sua manutenção passou a ser de responsabilidade do estado. Os anos se passaram e com o governo do estado tendo as suas dificuldades de recursos aquele trecho ficou por muitos e muitos anos, principalmente na última década, sem manutenção, sem recuperação, sem revitalização. Ao passo que a cada dia está aumentando o número de veículos e usuários.

Aquela rodovia contempla os municípios de Porto União, Matos Costa, Caçador, Calmon, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Canoinhas, Três Barras, vindo até Mafra, na BR-116, fazendo a ligação com o planalto serrano, em Lages, indo a Curitiba e, descendo pela BR-280, passando por Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre, Joinville, BR-101 e o litoral catarinense. E não diferente também é a ligação, em Porto União, com a BR-153, indo ao oeste catarinense.

Portanto, ela é uma rodovia de ligação importantíssima para o escoamento da produção. Ela é utilizada por veículos pesados, pela sua integração no plano de desenvolvimento econômico, mas também por usuários que trafegam para fazer os seus negócios e também para fazer turismo, uma vez que muitas pessoas que passam por lá vêm de outros estados e países, como é o caso, em especial, da Argentina.

Obviamente, como disse, o estado, pela sua falta de recursos, não tinha condições de fazer a manutenção devida. E nós, em muitas oportunidades, manifestamo-nos a respeito desse assunto, mas, na verdade, houve a primeira iniciativa em 2010, quando o então governador Leonel Pavan encaminhou um ofício ao DNIT e ao governo federal no desejo de devolver à união aquele trecho de rodovia.

Após aquela iniciativa, várias manifestações houve aqui nesta Casa por parte deste deputado que lhes fala e do deputado Antônio Aguiar. E houve também por parte dos deputados federais e, em especial, do deputado Esperidião Amin, que conhece muito bem a rodovia e tomou a iniciativa de colaborar na celeridade dessa devolução; e do secretário Valdir Colbachini, que, por sua vez, também deu celeridade ao projeto.

Portanto, eu quero aqui enaltecer o empenho e o esforço daqueles que tiveram, e têm, esse compromisso de fazer com que a BR-280, trecho Canoinhas/Porto União, retorne à união, porque é lá que há mais recursos. Os estados e os municípios estão cada vez com menos recursos e a união está cada vez com mais recursos. Então, é justo que ela receba aquele trecho de rodovia, que

é federal, para fazer os investimentos adequados e recuperar uma rodovia, como disse, tão importante para o nosso estado. E não somente para o nosso estado, mas também para o Brasil.

Certamente que os investimentos serão realizados pelo governo federal, e pedimos agora, além da aprovação do projeto pelos nobres colegas, que tenham a confiança e a certeza, deputado Joares Ponticelli, de que não há dúvida de que amanhã vamos votar esse projeto que autoriza a devolução daquele trecho de rodovia. E cabe ao governo federal dar celeridade à recuperação da BR-280, trecho Canoinhas/Porto União, até porque, repito, é na união que se concentra a maior arrecadação de impostos dos brasileiros. Portanto, também é justo que se façam investimentos no estado de Santa Catarina, em especial no planalto norte, o que é mais do que justo e meritório.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença da delegação de Serra Alta, que esteve no nosso gabinete e também no gabinete de v.exa.: vereador Alcides Nelso Martinelli; ex-vereador Francisco Arthur Both, e ex-prefeito Luiz Zorzi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Quero apenas informar ao deputado Joares Ponticelli que houve um equívoco de sequência e que o deputado Manoel Mota foi drasticamente prejudicado, quando deveria ter falado antes do deputado Silvio Dreveck. Agora corrigiremos o equívoco, deputado Manoel Mota.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. parlamentares e as sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"TCU abre espaço para reduzir pedágio de estrada que teve 'sumiço' de 18km", e que vai ligar Palhoça a Biguaçu.

"Para auditoria, usuário de via privatizada em 2008 foi prejudicado por irregularidades que deram ganho de R\$ 800 milhões à concessionária.

Na primeira auditoria de uma série para avaliar os contratos de concessão de rodovias à iniciativa privada, o Tribunal de Contas da União (TCU) registrou o sumiço de 18 quilômetros no projeto de construção do Contorno de Florianópolis e atrasos em obras obrigatórias, além da má qualidade do asfalto da Autopista Litoral Sul, entre Curitiba (PR) e a capital catarinense.

As irregularidades no contrato representam uma vantagem financeira indevida à concessionária - tecnicamente chamada de desequilíbrio econômico-financeiro -, estimada pelos auditores em cerca de R\$ 800 milhões, segundo relatório aprovado pelo plenário do TCU.

[...]

Na semana passada, entrou em vigor mais um reajuste dos pedágios na rodovia, de 7,14%, autorizado pela agência reguladora.[...]" [sic]

Quer dizer, além do sumiço de 18km que estava no projeto e que era um compromisso da concessionária, não há nenhum quilômetro concluído que ligue o contorno de Florianópolis a Biguaçu, mas o dinheiro já entrou nos cofres da concessionária.

O deputado Sargento Amauri Soares esteve algumas vezes comigo, assim como outros parlamentares, quando fechamos por cinco vezes o posto de pedágio, porque não há como entender o fato de cobrar pedágio de uma rodovia que não foi concluída, que não foi entregue. Ou seja, se a rodovia não foi entregue, não há manutenção, e se não há manutenção, não deve ser cobrado pedágio. Mas o fato é que a população continua pagando pedágio por uma obra que ainda não foi entregue.

A verdade é que a BR-101 vem se arrastando no trecho do lote 29, de Laguna/Tubarão, e poderíamos até fazer uma novela porque é uma vergonha a morosidade daquela obra.

No Carnaval, uma época em que muitos turistas visitam o nosso estado, algumas pessoas ficaram até 5h nas filas. Quer dizer, quem veio pela primeira vez visitar o nosso estado, com certeza, não virá pela segunda vez. Esse é um problema que não dá para engolir!

Além disso, temos ainda o problema lote 29, em Araranguá, que está sendo executado a passo de tartaruga, ou melhor, eminente deputado Sargento Amauri Soares, uma tartaruga deve andar muito mais rápido do que as obras que estão sendo realizadas na BR-101.

Sem falar da licitação para o início das obras no Morro dos Cavalos. Onde está? Onde está a licitação do túnel?

Onde está também a licitação que foi feita para a execução das obras da Ponte da Cabeçuda, em Laguna? A empresa se instalou, contratou 900 funcionários. E onde está a empresa? Foi embora e mandou todos os funcionários embora, porque entregaram uma ordem de serviço sem a licença ambiental aprovada. Onde está a licença ambiental?

Onde está também a licitação para as obras do Morro do Formigão, em Tubarão? Esse é um negócio que não dá para entender!

Penso que somos tratados como terceiro escalão no sul do nosso estado, porque trabalhamos muito, mas as possibilidades de viabilizar determinados serviços naquela região são pequenas, quando chega a vez da região sul do nosso estado, os investimentos não acontecem deputado Joares Ponticelli. Temos que brigar aqui, pular ali, reclamar aqui, reclamar lá, sendo que para o pessoal do DNIT não podemos reclamar muito porque eles ficam bravos. E com razão! Como podemos fazer com a situação de uma empresa como a Triunfo, que pediu 14 aditivos? Eu estive agora, recentemente, na China, na Itália, onde o lucro de uma empresa que executa a obra é de 9%. Mas aqui um aditivo chega a 20% do valor da obra e são pedidos 14? E

ainda saíram de lá, não estão trabalhando, vieram para o lado de cá, e não há punição nenhuma? Claro, alguma coisa errada está acontecendo!

Então, não podemos deixar esse fato passar despercebido. O povo não pode continuar pagando pedágio por uma obra que não existe, que não está concluída, que não foi entregue.

Trata-se de um negócio que envolve R\$ 800 milhões!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço primeiramente o deputado Sargento Amauri Soares, em seguida, o deputado Joares Ponticelli, que esteve conosco durante as paralisações, com o objetivo de suspender a cobrança de pedágio até a conclusão da obra.

Mas, infelizmente, não fomos ouvidos e o povo está sendo penalizado, pagando pedágio sem ter a obra.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Quero dizer que neste último verão, que está terminando agora, fui três vezes ao sul do estado, deputado Joares Ponticelli, e por três vezes fiquei enroscado na fila na hora de voltar, primeiramente lá em Tubarão, na sua cidade, e depois, no Morro dos Cavalos.

Nas duas vezes eu pensei em v.exa., deputado Manoel Mota, assim como no deputado Joares Ponticelli, deduzindo que iríamos conversar sobre isso em fevereiro.

É uma vergonha o que as autoridades federais têm feito no sul do estado com relação à infraestrutura. Este é o país das empreiteiras!

Essa alça de contorno de Florianópolis era para estar pronta neste mês de fevereiro, que termina amanhã, mas ainda nem pensaram em começar a obra.

Então, isso é um desrespeito com a sociedade. Este é o país das empreiteiras, e aqui impera a república das empreiteiras, que estão abusando do povo brasileiro, do povo do sul do estado de Santa Catarina.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. não pensou que era o deputado Manoel Mota fechando a BR quando viu o engarrafamento? Quem sabe não é disso que estamos precisando, porque o descaso está grande de novo.

E quanto à questão da Ponte da Cabeçuda, que estão anunciando que vão revisar o projeto depois da licitação ter sido feita e estar tudo pronto para entregar a ordem de serviço? Mas esse é outro assunto que quero abordar em outro momento.

Quero, neste momento, entrar na questão do pedágio, deputado Manoel Mota. Fui surpreendido na quinta-feira passada, quando saía desta Casa para voltar ao sul do estado, com o valor do pedágio, que tinha aumentado de R\$ 1,40 para R\$ 1,50.

Aparentemente, não representa nada, mas todos aqueles veículos nas filas pagando esse valor? É um caça-níquel todos os dias.

Agora, o interessante, deputado Manoel Mota, é saber onde está acertado esse reajuste, e nem noticiado foi, ou apenas em alguma notinha de classificados, de rodapé, porque eu não vi, não sabia que aumentaria, e esse é um tremendo descaso. Temos que pagar para entrar naquele inferno, que v.exa. comprovou, deputado Sargento Amauri Soares, que é a BR-101, com a morosidade da duplicação no sul do estado?

Parabéns, deputado Manoel Mota pela manifestação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer ao deputado Joares Ponticelli e ao deputado Sargento Amauri Soares, incorporando as suas palavras ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que cobrar pedágio onde não há estrada concluída, é o mesmo que assaltar um indivíduo e tirar o seu dinheiro, porque estamos cobrando por uma coisa que não existe. Isso é botar a mão no dinheiro do povo.

Precisamos, sim, chamar a atenção dos responsáveis por essa questão, pois é um desmando. Santa Catarina está sendo tratada como um estado de segundo ou terceiro escalão.

Para encerrar, gostaria de dizer que amanhã estarei aqui para convidar os nobres pares desta Casa para participarem, no domingo, do maior evento do mundo, no Balneário Arroio do Silva.

Não há, no mundo, um evento maior!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Aguardaremos o seu convite no dia de amanhã e, pelo seu aniversário e pelo tamanho da festa, estaremos lá prestigiando v.exa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Amanhã vai ser, deputado Reno Caramori, nosso presidente, o 14º ano em que vou ter a oportunidade de assistir, deputado Romildo Titon, o deputado Manoel Mota fazendo o convite para o Arrancadão de Caminhão, em Araranguá. E olha, quero dizer àqueles que nunca participaram, deputado Dóia Guglielmi, que vale a pena, já para endossar, antecipadamente, o convite que v.exa. irá fazer aqui, deputado Manoel Mota, com aquele entusiasmo de todos os anos.

Será o 14º ano consecutivo que irei assistir v.exa. fazer aquele entusiástico convite, sempre no final da temporada, depois do Carnaval, para esta Assembleia participar do Arrancadão, no Arroio do Silva. Certamente, muitos parlamentares estarão prestigiando o grande sul, e não me refiro apenas a pessoas do estado, porque aquele é um evento que extrapolou as divisas, e v.exa. tem uma participação muito forte desde o início. Estaremos lá no domingo com v.exa. para prestigiar aquele grande evento.

Quero, ao tempo em que saúdo todos os deputados, àqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, cumprimentar o deputado Silvio Dreveck, a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público que,

finalmente, deliberou pela realização da audiência pública que abordará, deputado Sargento Amauri Soares, a problemática do serviço de telefonia móvel aqui em nosso estado.

Não dá mais para calar diante da realidade que estamos vivendo. Estamos, desde o ano passado batendo nessa tecla, deputado Valmir Comin, insistindo nesse assunto, debatendo com a nossa bancada. Fizemos essa proposição desde o ano passado, esse chamamento, especialmente, da Anatel, deputado Maurício Eskudlark, porque assim, como a ANTT, no caso do pedágio, a Anatel, na questão da telefonia, não tem cumprido com as suas obrigações, não tem feito a sua parte.

Eu repito que as agências reguladoras do Brasil, infelizmente, viraram as costas para o cliente, para o consumidor e se bandearam para o lado das empresas, deputado Reno Caramori. Isso acontece com a ANTT, e temos constatado isso com os problemas da alça de contorno de Florianópolis e do pedágio no sul do estado; com a Anvisa, a Aneel e com a Anatel, na questão da precariedade do serviço de telefonia móvel aqui em nosso estado.

Eu estive em Natal, no Rio Grande do Norte, ontem, participando da reunião preparatória para a nossa 16ª Conferência da Unale, que vai acontecer de 29 de maio a 1º de junho deste ano, e lá a gritaria é a mesma daqui, ou seja, é um problema generalizado no país inteiro. Por isso que, em Pernambuco, a Justiça já proibiu a companhia telefônica, a operadora, de vender telefones sem que faça o investimento para a manutenção dessa linha, deputado Romildo Titon, porque eles querem é vender, basta analisar a campanha publicitária, os milhões que são investidos nessas caríssimas campanhas, é uma guerra das operadoras entre si que querem vender e botar mais números em operação, tanto que já temos mais que uma linha telefônica por brasileiro, mais de 230 milhões de telefones para menos de 200 milhões de habitantes, e não há um investimento correspondente para a manutenção da qualidade dessa telefonia.

Daqui a pouco, pelo ritmo que está indo, deputado Valmir Comin, vamos ter que voltar ao tempo da canequinha com barbante no meio, como se brincava, lá na roça. Parece-me que é para aquela realidade que caminhamos com a telefonia móvel aqui em Santa Catarina e no Brasil.

Então, estou muito satisfeito, deputado Silvio Dreveck, que essa audiência pública tenha sido marcada. Tenho certeza de que vamos comprovar, deputado Valmir Comin, pois estou vendo, por parte da sociedade catarinense, o reclame generalizado sobre as péssimas condições do serviço de telefonia móvel do nosso estado.

Quero aqui fazer um parêntese e dizer que desde que retomamos o assunto no começo do ano, pelo menos por parte da OI, deputado Silvio Dreveck, tivemos uma mínima demonstração de respeito, de preocupação, porque esteve aqui o sr. Gonzalo, que é um dos diretores da empresa, foi o único que nos procurou para colocar os números que tem à disposição, para falar das dificuldades, deputado Romildo Titon, pois as outras companhias nem satisfação dão, não estão nem aí para o que a Assembleia diz, para o que o parlamentar diz.

Não nos respeitam porque estamos aqui reclamando em nome da população que paga caro pelo serviço prestado e quando quer usar não consegue. E não há nada mais irritante do que você fazer uma ligação telefônica tratando de um assunto de responsabilidade, que precisa de celeridade e ficar falando para o vento, pois você nem percebe que a ligação caiu, não consegue desligar o telefone e para conseguir ligar de novo é uma dificuldade.

É uma vergonha a precariedade do serviço de telefonia móvel no estado. Espero que com essa audiência pública possamos dar o primeiro berro em Santa Catarina, e que repercuta no Brasil inteiro para que essas empresas sejam obrigadas, como a Justiça determinou em Pernambuco, a investirem em respeito ao cidadão e aos contratos que foram celebrados. E a Anatel, tem a responsabilidade de fazer com que as operadoras cumpram os contratos, de exigir que as operadoras virem-se a favor do

povo de novo e não que mantenham as costas viradas para o usuário, como vem acontecendo.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu companheiro deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Joares Ponticelli, parabenizo v.exa. pelo tema abordado hoje e em dias anteriores, sobre uma situação que eu, particularmente, sempre defendi, que é a concessão das PPPs.

Agora, é preciso que essas agências reguladoras tenham um propósito firme em defesa da nação, do cidadão, do contribuinte, do pagador de impostos, porque já temos que conviver com as chamadas sombras, as áreas sem coberturas até a região sul, onde há muitas lacunas e uma exorbitância nos preços.

Realmente, há necessidade de um critério com medidas punitivas, restritivas e com multas severas porque assim não é possível. E esse exemplo dado por esse juiz lá em Pernambuco precisa ser tomado como exemplo para que possamos impedir as operadoras de vender e comercializar celulares sem que seja feita toda a cobertura das áreas de extensão onde a telefonia possa alcançar.

Penso que este plenário é o local ideal para a abertura desse debate, para discutir o mérito na sua essência e realmente cobrar uma posição por parte da agência reguladora. Aliás, quando se fala em agência reguladora fico melindrado e com um pé atrás, a exemplo da ANTT, no caso do processo licitatório da BR-101 em que estava contemplado um rodoanel e a empresa Litoral Sul hoje cobra pedágio sem executar a obra.

Então, penso que é um tema importante e parabenizo a v.exa. pela sua abordagem neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Valmir Comin, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o nosso companheiro deputado Dóia Guglielmi.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Quero, neste momento, parabenizar o companheiro deputado Joares Ponticelli sobre a abordagem desse tema, pois no dia 23 também tínhamos protocolado um requerimento na comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, para que se pudesse fazer a mesma audiência.

Por isso, somos solidários, não tenho dúvida de que o assunto é meritório para Santa Catarina, além, realmente, dessas grandes sombras. As deficiências que temos na telefonia entre áreas de coberturas são impressionantes.

Hoje, para você ligar um telefone não precisa mais do CPF, mas para desativar um desses telefones você fica 30, 40 minutos à disposição de uma secretária eletrônica aguardando um retorno que não se sabe como e quando vai ocorrer, além de, muitas vezes, aparecer em sua fatura ligações desconhecidas, que você tem que pagar porque não tem o direito e nem para quem reclamar.

Por isso, somos solidários neste debate porque entendemos a gravidade da situação, não apenas em Santa Catarina, mas em todo o país.

Mas nós, principalmente nesta Casa que é um fórum, precisamos trazer não apenas a Anatel, mas todas as empresas que operam a telefonia.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Se ligarem o telefone agora vão pedir o CPF dos mortos na Segunda Guerra Mundial, e parece que quando você informa tudo, eles desligam.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero dizer que na região norte, pois vou todos os dias para Balneário Camboriú, acontece a mesma coisa. O problema da telefonia é generalizado, um diretor da empresa deveria fazer esse trajeto, não sei se os diretores compactuam, ou se é por que não atuam.

Então, considero importante esse pronunciamento e que tomemos providências com relação a essas empresas de telefonia.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço a manifestação de v.exas. e espero, deputado Nilson Gonçalves, ver a Anatel participando dessa audiência pública, como disse o deputado Dóia Guglielmi, com todas as operadoras, para efetivamente esclarecer esse problema de uma vez por todas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, endossando o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli, vejo que a questão da telefonia já é quase um caso de polícia em nível de estado e acredito que de Brasil. Todas as reportagens, o Procon em seus registros tem demonstrado um grande número de reclamações, de contestações que tem recebido com relação à telefonia.

Então, precisam ser adotadas as medidas necessárias pelos órgãos de fiscalização, pelo governo federal, que regulamenta a matéria, para que as empresas passem a ter um pouco mais de respeito pelo cidadão. Realmente, para oferecimento de novas vendas, de novas linhas, de novos produtos, o contato é rápido. Muitas vezes a telefonista já anuncia que aquela chamada está sendo gravada, algo é oferecido gratuitamente num período experimental, um novo produto, só que não diz que aquele experimental, que é normalmente de 30 dias, passado esse período, passa a ser um contrato, com compromisso desse cliente com a empresa e depois para desistir desse produto, para cancelar, realmente é uma luta, são necessárias várias ligações, um passa para outro e dificilmente você consegue. Acredito que muitos dos contribuintes ficam com alguns produtos em suas contas telefônicas pelos quais não têm

interesse simplesmente por falta de estímulo para procurar contato com a companhia telefônica para suspender aquele tipo de produto.

Quero dizer que aportou, nesta Casa, um projeto de autoria governamental, que concede o adicional de permanência aos policiais civis. O adicional de permanência é recebido pelos servidores da segurança pública quando a partir do período em que teriam direito à aposentadoria permanecem na atividade. É um adicional de 5% por ano trabalhado, até o máximo de cinco anos além da aposentadoria, permitindo que receba até 25% de gratificação. É justo, é merecido, pois são profissionais da Polícia Civil, da Polícia Militar, das instituições de segurança, que capacitados, com tempo de serviço, mas ainda com potencial produtivo muito grande, continuam a prestar os seus serviços ao estado.

Um parecer da procuradoria no final do ano de 2010, diz que esse adicional não seria mais incorporado aos proventos de aposentadoria. Acontece que somente a Polícia Civil está sendo atingida pela perda desse adicional quando o profissional requer a sua aposentadoria.

Agora, reconhecendo esse erro que foi cometido lá atrás, o governo Raimundo Colombo, para corrigir a distorção, encaminhou o projeto concedendo esse adicional com incorporação aos proventos de aposentadoria, que é a parte em que não estava encontrando amparo.

Temos o parecer aqui do final de 2010 que se baseia na lei que não estabelecia esse direito aos servidores da Polícia Civil.

Estivemos, hoje, na secretaria da Administração falando com o Luiz Antônio Dacol, diretor de recursos humanos, um profissional sensível às causas e aos direitos dos servidores, que reconhece também que a legislação praticou esse erro para com os policiais civis e o projeto vem corrigir. Porém, a entrada em vigor dessa lei agora, a partir da aprovação, vai criar uma injustiça, porque esses direitos foram suspensos no final de 2010. E durante todo o ano de 2011 aqueles que se aposentaram e que teriam o direito

não receberam e, se a lei tiver a sua eficácia somente a partir da aprovação e sua publicação, todos esses profissionais serão prejudicados.

Estivemos lá tratando da possibilidade da retroatividade dessa lei a 2010 para que os policiais civis que perderam esses direitos não venham a ser prejudicados. Houve a receptividade, a assessoria jurídica legislativa da secretaria da Administração está sendo procurada por Luiz Antônio Dacol, no sentido de que venha um novo projeto para que fique corrigida essa distorção.

No início da legislatura do ano passado, encaminhamos um projeto e uma indicação para a correção dessa distorção com a incorporação dessa vantagem aos proventos de aposentadoria, que é um direito de todos os policiais.

E, inclusive, com a redação que sugerimos:

(Passa a ler.)

"Art. 79 - Após trinta anos de serviço, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher, o policial civil fará jus a um acréscimo de cinco por cento sobre vencimento por anuênio, a título de adicional de permanência, até complementar trinta anos de serviço, se mulher, limitado a vinte e cinco por cento, incorporando-se tal vantagem aos proventos de aposentadoria."

Isso era o que a lei não previa. E na falta da frase "incorporando tal vantagem aos proventos de aposentadoria", ele não recebia. E no mesmo projeto, inclusive, sugerimos e indicamos a propositura do adicional de equivalência, que era com referência a após a aposentadoria o policial ter o direito a uma vantagem de 25%, que iria em tese ficar compatível com a perda da hora extra e do adicional noturno.

Então, encaminhamos esses dois projetos no início de 2011. Um já veio, o governador está corrigindo esse erro de outras administrações na legislação e que nós esperamos seja corrigido, mas retroativo para que não haja prejuízo aos servidores que tiveram o direito no período de 2011.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não, colega deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Apenas para registrar e parabenizar v.exa., pois sabemos que é um dos puxadores desse pleito dos policiais civis do estado de Santa Catarina e manifestar a nossa alegria por esse projeto ter vindo para a Assembleia Legislativa, e dizer que estamos de acordo com a instituição do adicional de permanência aos policiais civis do estado. Esse é um direito que nós, servidores militares, da Polícia e do Corpo de Bombeiros, já temos e, então, no ano passado demos o nosso apoio a essa pauta e a esse projeto, haja vista a importância disso para os policiais civis do nosso estado.

Parabéns, por essa vitória que também é sua e de todos os policiais civis.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Agradeço a v.exa. pois é importantíssimo apoiar esse projeto, que virá corrigir distorções.

Hoje fomos até a secretaria da Administração, porque queremos que o projeto venha atender os pleitos de todos que pediram aposentadoria, e que estão sendo prejudicados desde a suspensão desse direito, ou seja, em dezembro de 2010, durante todo o período de 2011. Caso contrário, todos vão pleitear na Justiça, e isso vai ser mais trabalho para a parte jurídica do estado, pois é um direito, que sabemos, líquido e certo dos Policiais Civis. E pela conversa que tivemos hoje na secretaria da Administração, vejo que esse pleito deverá ser atendido, configurando mais um direito dos policiais civis.

Parabéns, governador Raimundo Colombo, pela correção dessas distorções.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Dando sequência às Explicações Pessoais, temos como último inscrito o deputado Ismael dos Santos, que irá ocupar a tribuna por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, obrigado, presidente pela deferência em poder ocupar a tribuna no final desta sessão, e o faço para registrar duas audiências que tivemos no dia de hoje.

A primeira audiência foi com o secretário de Agricultura de Santa Catarina, deputado João Rodrigues, quando reunimos agricultores da região do vale do Itajaí, de forma específica das cidades de Ilhota, Luis Alves e Gaspar, que estão preocupados com a disseminação do popular borrachudo, que tem prejudicado e muito os nossos agricultores daquela região, sobretudo após a tragédia de 2008, com a eliminação de alguns córregos e ribeirões, acabou proliferando ainda mais o número de borrachudos naquela região. E houve, por parte do secretário da Agricultura, João Rodrigues, uma boa acolhida da proposta no sentido de incrementar o combate a esta praga, dando segurança, dando uma comodidade melhor aos agricultores dessa região. Eu agradeço ao secretário da Agricultura, pela recepção que deu a todos os nossos agricultores.

Inclusive na comitiva estavam vários vereadores, o vereador Kleber Edson Wandall, representando a cidade de Gaspar, assim como também vereadores de Luis Alves, de Ilhota, que nos garantiram que nos próximos 60 dias teremos uma solução para essa problemática naquela região.

Faço também o registro da reunião que tivemos hoje pela manhã em Jaraguá do Sul, quando reunimos comunidades terapêuticas de todo o estado de Santa Catarina, e tivemos a oportunidade de participar da fundação da Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas. Ainda não tínhamos esta associação no estado, hoje, temos cerca de centenas de associações de comunidades terapêuticas já devidamente organizadas, que agora se unem num processo muito forte, de união, de metas, de objetivos, para terem de fato voz e vez na sociedade catarinense.

Parabéns ao companheiro Arsanjo Paul Colaço, que foi eleito presidente dessa associação, é um

grande passo no sentido de trabalharmos com essas comunidades que têm de uma forma ou de outra, contribuído no combate e prevenção às drogas, em especial na reabilitação de dependentes químicos. Parabéns ao Arsanjo e a toda a diretoria eleita na formação e fundação, hoje, da Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas.

Sr. presidente, ainda gostaria de fazer um registro, na verdade, *in memoriam*, em homenagem a um amigo escritor, intelectual brasileiro, que nos deixou no último domingo, dr. Robinson Cavalcanti, teólogo, doutor em ciências políticas.

Ele foi um dos grandes construtores da então campanha das Diretas Já no Brasil. Conheci Robinson Cavalcanti em 1984, quando participei, em Belo Horizonte, de um seminário com ele. De lá para cá mantivemos uma boa relação.

Foi um grande articulista, um escritor memorável, com vários livros, entre eles *A Utopia Possível*, mas, infelizmente, deputado Sargento Amauri Soares, Robinson Cavalcanti, no último domingo, em Recife, foi assassinado, ele e sua esposa, à facadas, por um filho adotivo, usuário de drogas.

O rapaz morava há 20 anos nos Estados Unidos, retornou há 15 dias para o Brasil, e domingo, infelizmente, depois de uma superdose de cocaína misturada com *crack* e mais bebidas alcoólicas, retornou à casa do seu pai adotivo e com uma faca eliminou o pai, já com 65 anos de idade, e a sua própria mãe.

Lamentável do ponto de vista da perda, pois Robinson Cavalcanti significa muito para o grupo de pensantes desse país. Não há dúvida de que o Brasil ficou mais pobre, perdeu uma referência ética e por outro lado aumenta o nosso compromisso por um país sem drogas.

Fica aqui, sr. presidente, o nosso registro, *in memoriam*, a este amigo, escritor, doutor em ciências políticas, Robinson Cavalcanti.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação

Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece aos telespectadores da TVAL que acompanharam os trabalhos na tarde de hoje, aos servidores do plenário, às taquígrafas, ao pessoal do som, aos policiais militares que deram segurança para acontecerem os trabalhos da Casa, aos servidores da mesa diretora que nos acompanharam e também nos orientaram quando necessário, enfim a todos.

Antes de encerrar a presente sessão, de acordo com o art. n. 110 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 10ª sessão ordinária:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012, 0477/2012, 0478/2012 e 0493/2012.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Leis n.s: 0176/2011, 0477/2011 e 0551/2011.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0030/2011; 0182/2011 e 0561/2011.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.